

# O Didata

## 2019 promete muita LUTA para manter direitos

**D**íficeis são os tempos pelos quais o Brasil passa na atual conjuntura, nos quais o Estado de Exceção coloca-se como paradigma de governo. Estruturas públicas são ameaçadas, ordenamento jurídico sob custódia de grupos que simplesmente desconsideram o Estado de Direito em razão de argumentos políticos, no mínimo, questionáveis, perda de direitos históricos, conquistados através da organização da classe trabalhadora.

### ATAQUES MIDIÁTICOS

Em ordem e plano geral da nação, importantes instituições sofrem ataques diários, em estratégias midiáticas e de mercantilização de valores fundamentais para a construção de uma sociedade justa e sem distorções sociais. Tudo sustentado em verdades absolutas, construídas, em sua nova versão, que são as ditas "fake news".

### REFORMA DO ENSINO MÉDIO

O Estado do Espírito Santo não está fora desse contexto desolador. Especificamente na educação pública, os ataques passam pela imposta Reforma do Ensino Médio (já aprovada), travestida em um chamado itinerário formativo que busca a consolidação da mão de obra barata e o fechamento de inúmeros



postos de trabalho, uma vez que as disciplinas que não são consideradas de responsabilidade do Poder Público (português e matemática) deverão ser ministradas por instituições da iniciativa privada; ou seja, é a entrega da educação pública para o capital.

### LEI DA MORDAÇA

Não para por aí. A famigerada "Lei da Mordaça" ameaça a liberdade de cátedra e põe em risco o direito do professor em exercer sua função formativa educacional em sala de aula, o que vem sendo prontamente combatido pelo SINDIUPES e pela CNTE.

### EDUCAÇÃO DOMICILIAR

Ainda no campo da educação pública, outros ataques vêm sendo arquitetados e estão prontos para serem executados, como é o caso da Educação Domiciliar (*Home Schooling*), retirando da escola sua função primordial e vertente de educar de maneira que as novas gerações intervenham de maneira crítica nas transformações da sociedade brasileira e mundial.

### PROFESSORES AMEAÇADOS

Em resumo amplo e irrestrito, o que está em jogo é a sobrevivência de uma categoria de extrema importância na base social deste País. Até mesmo o Piso Salarial Nacional Profissional (PSPN) sofre ameaças de não continuidade e índices anuais de reajuste desconsiderado.

### RETIRAR DIREITOS

A educação e o trabalho, assim como outros direitos fundamentais previstos na Carta Magna de 1988, formam a base de qualquer projeto de Nação soberana, próspera, igualitária e fraterna.

Porém, muitas das medidas anunciadas pelo novo governo (federal e estadual) se mostram anacrônicas ao remontarem privilégios históricos de setores abastados, a exemplo da extinção do Ministério do

Trabalho e Emprego, com claro propósito de avançar na desregulamentação dos direitos trabalhistas em benefício dos patrões, podendo a situação ficar ainda mais caótica caso se confirme a intenção governamental de propor o fim da Justiça do Trabalho.



O SINDIUPES não se furtará a sua já conhecida luta em defesa do Magistério da classe trabalhadora e unirá forças com todos os segmentos organizados da sociedade civil para combater esses e outros males apresentados pelos governos, destacando a desumana Reforma da Previdência.





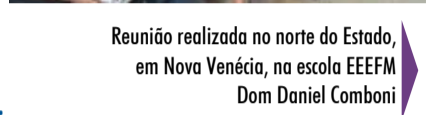
# Sindicalizados recuperam valores descontados indevidamente pelo IPAJM

Acordo judicial, assinado em nov/2018, devolve aos aposentados, inativos e pensionistas do magistério contribuições indevidas, descontadas pelo IPAJM, entre 1998 e 2003.

De todos os servidores que sofreram tais prejuízos, somente os filiados ao SINDIUPES estão recebendo.



Reunião realizada no Sul do Estado, na Igreja Católica Matriz de São Miguel, em Guaçuá/ES.



Reunião realizada no norte do Estado, em Nova Venécia, na escola EEEFM Dom Daniel Comboni



Foram mais de seis anos vendo o desconto injusto no contracheque e mais 12 anos para ver a justiça ser feita e o dinheiro ser devolvido. Foram muitas reuniões, cobranças e recursos na Justiça do Trabalho. Mas valeu à pena!

O acordo judicial feito pelo SINDIUPES com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) beneficia cerca de 14 mil associados, que individualmente assinaram um documento renunciando a ação judicial, aceitando o acordo e os valores propostos, formalizados no Processo 0018685-53.2001.8.08.0024 da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de Vitória-ES.

O SINDIUPES fez reuniões em todos os municípios para consultar os envolvidos e informar da possibilidade do acordo.

## O acordo

Quem tem crédito no valor de até R\$ 5 mil reais recebeu em parcela única



Reunião de adesão ou não ao Acordo, realizada em Vitória. Inicialmente, seria pago em parcela única valores de até 1 mil reais, mas o SINDIUPES conseguiu aumentar o valor para 5 mil.

Quem tem crédito entre 5.000,01 até 14.464,89 (valor da RPV) recebe

em 2 parcelas: metade já paga em 5 etapas, de 14/01 a 15/02 e a 2ª parcela com previsão para setembro/2019.

Quem tem valores acima de R\$ 14.464,89 e que não assinou o Termo de Renúncia receberá por precatório com previsão de pagamento em 2020.

Segundo a PGE, a previsão é para constituir o precatório até o início de junho/2019, para entrar no orçamento de 2020.

As pessoas que perderam o prazo da Renúncia ao valor excedente da RPV e quiserem assinar o documento

terão uma nova oportunidade até o dia 15 de março, antes que os valores sejam transformados em precatório. Nesse caso, receberão os valores em 2019 na mesma data do pagamento da 2ª parcela.

## Orientações sobre Processo IPAJM

(Nº 0018685-53.2001.8.08.0024 da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de Vitória-ES)

- O Beneficiário que perdeu os prazos de pagamento de cada lote divulgado, poderá receber a partir do dia 25/02/2019. O mesmo deverá comparecer munido dos documentos de identificação originais (Carteira de Identidade/CPF) em qualquer agência do Banestes para pagamento.
- O beneficiário que tem o valor de recebimento acima do RPV - R\$ 14.464,89 - e desejar optar pela renúncia do valor excedente, para recebimento previsto até o final de 2019, deverá comparecer até o dia 15/03/2019 na sede do SINDIUPES para assinar o documento de Renúncia.
- Está funcionando na sede do SINDIUPES uma central de atendimento específica para resolução de problemas, esclarecimentos e informações referente ao Processo IPAJM. Os telefones disponíveis são: (27) 3421-2404 / 3421-2407.
- Por determinação judicial esclarecemos as seguintes hipóteses:

- 1) com relação aos casos em que o pagamento é solicitado por **procurador**, será necessário **PROCURAÇÃO ESPECÍFICA** (com indicação do levantamento do valor depositado em conta judicial e com o número do processo respectivo);
- 2) na hipótese de solicitação de pagamento pelo **curador**, será necessário **TERMO DE CURATELA** contendo poderes para recebimento de valores em nome do curatelado/interditado;
- 3) quanto aos **espólios**, será necessária **ESCRITURA DE PARTILHA** com **EXPRESSA** destinação do montante relativo ao pagamento da **RPV**.

Fac-símile da decisão judicial que homologou o acordo.

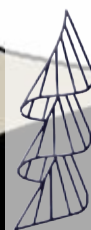
1 + 1 = + Q 2



Um mais um  
É SEMPRE  
mais que dois!

VAMOS  
PRECISAR DE  
TODO MUNDO

**FILIE-SE!**



Filiado à **CUT CN E**  
**SINDIUPES**  
EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA  
www.sindiupes.org.br f /Sindiupes

Baixe a ficha de filiação no site:  
www.sindiupes.org.br

Mão